

O TEA NA ESCOLA: DISCUSSÕES A PARTIR DO OLHAR DA PROFESSORA DE APOIO

Gislaine Pires Oliveira D`Avila¹
Karla Maíra Benjamim Brumano²
Magalí de Paula Silva Santana³

psicomagalasantana@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Humanas

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento que compromete o desenvolvimento motor e psiconeurológico, dificultando a cognição, a linguagem e a interação social das crianças afetadas. Embora sua causa ainda seja desconhecida, a compreensão atual tende a considerá-lo como uma síndrome de origem multicausal, que envolve fatores genéticos, neurológicos e sociais. Este estudo tem como objetivo principal entender e discutir questões relacionadas ao TEA no ambiente escolar, a partir da perspectiva das professoras de apoio. É relevante destacar a importância desse trabalho, pois permite reunir e divulgar informações relevantes sobre o trabalho com crianças atípicas. A abordagem metodológica adotada nesta pesquisa foi qualitativa, utilizando entrevistas como instrumento de coleta de dados. Foram realizadas três entrevistas com professoras que atuam diretamente com crianças diagnosticadas com TEA em uma escola. A análise dos resultados obtidos permitiu estabelecer três categorias principais que emergiram das respostas das professoras: Especialização e Capacitação, Inclusão e Atendimento Educacional Especializado. Essas categorias abrangem questões relevantes para compreender os desafios e as necessidades enfrentadas pelas professoras no contexto educacional ao lidar com alunos com TEA. Conclui-se, portanto, que este estudo contribui para o conhecimento e a reflexão acerca do TEA no ambiente escolar, fornecendo subsídios para aprimorar práticas educacionais inclusivas e efetivas para crianças com TEA.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo; Educação; Professor de apoio.

INTRODUÇÃO

O autismo, também conhecido como TEA (Transtorno do Espectro Autista), é definido como um transtorno do neurodesenvolvimento que compromete o desenvolvimento motor e psiconeurológico dificultando a cognição, a linguagem e a interação social da criança. Sua etiologia ainda é desconhecida, entretanto, a

¹ Acadêmica do 9º período do curso de Psicologia no Centro Universitário Univértix

² Acadêmica do 9º período do curso de Psicologia no Centro Universitário Univértix

³ Psicóloga e psicopedagoga, professora do curso de Psicologia no Centro Universitário Univértix

tendência atual é considerá-la como uma síndrome de origem multicausal envolvendo fatores genéticos, neurológicos e sociais da criança (GENTIL E NAMIUTI, 2015).

Os sinais do TEA são múltiplos e, geralmente, as características se iniciam antes dos três anos de idade. A criança com TEA apresenta uma tríade singular, a qual se caracteriza pela dificuldade e prejuízos qualitativos da comunicação verbal e não verbal, na interatividade social e na restrição do seu ciclo de atividades e interesses (PINTO *et al.*, 2016).

Também pode fazer parte da sintomatologia o aparecimento de movimentos estereotipados e manias, assim como padrão de inteligência variável e temperamento extremamente lábil. Na atualidade, a prevalência mundial do TEA está em torno de 70 casos a cada 10.000 habitantes, sendo quatro vezes mais frequente em meninos (GENTIL e NAMIUTI, 2015).

A participação da família nos processos de reabilitação é essencial, daí a necessidade de maior aproximação família-escola. A escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem na formação de cada criança. Ambas são responsáveis pela comunicação e construção do conhecimento. Portanto, escola e família são duas bases fundamentais para desencadear processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras de seu crescimento intelectual, emocional e social (DESSEN e POLONIA, 2007).

Quando a família e a escola mantêm boas relações, as condições para um melhor aprendizado e desenvolvimento da criança podem ser maximizadas e, no caso de crianças atípicas, isso é ainda mais importante. Sendo assim, pais e professores devem ser estimulados a discutirem e buscarem estratégias conjuntas e específicas ao seu papel, que resultem em novas opções e condições de ajuda mútua (PINTO *et al.*, 2016).

O objetivo deste artigo foi entender e discutir questões relacionadas ao TEA na escola, a partir do olhar das professoras de apoio. É importante entender os desafios das professoras de apoio com os alunos diagnosticados com autismo na escola e, para isso, buscou-se relatar os aspectos educacionais que envolvem as crianças com TEA, discutindo a função educador/mediador. Acredita-se que o

professor de apoio é um mediador considerado como agente transformador e que possibilita novos caminhos na vida da criança.

Esse trabalho é relevante pela possibilidade de reunir e divulgar informações sobre o trabalho com crianças atípicas. Também pela possibilidade de discutir e problematizar dados relativos ao autismo na educação, mostrando como acontece a intervenção na prática do professor de apoio com a criança que possui diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista. É importante ressaltar que a educação precisou se adequar às novas demandas e necessidades, exigindo que os mediadores busquem por atualizações e capacitação para atender às crianças atípicas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os transtornos do espectro autista (TEA) são transtornos que compartilham déficits significativos na interação social como sua principal característica definidora. Os níveis de intensidade do transtorno podem ser bastante variáveis. A descoberta e tratamento precoce podem ser importantes para facilitar a funcionalidade da vida do sujeito, bem como a orientação de cuidadores e familiares (CARVALHO, 2005).

O desafio da escola é proporcionar um ambiente acolhedor, que inclua, não apenas dando acesso a crianças e adolescentes, mas fazendo com que todas permaneçam na escola, integradas ao ambiente escolar. Deste modo se faz relevante conhecermos a figura do/a mediador/a escolar ou professor de apoio (HARDER *et al.*, 2020).

Távora (2022) aponta que a mediação escolar é a ponte para a comunicação entre os mundos interno e externo dos sujeitos para que, com isto, sejam ampliadas suas habilidades e potencialidades. O trabalho da mediação não pode ser isolado, deve ser processo contínuo e colaborativo. Além do professor, cada estudante presente no espaço da sala de aula pode contribuir no suporte aos colegas, mas é função do professor de apoio acompanhar e auxiliar nesse contato e interação social, já que essa é uma dificuldade que as pessoas com TEA apresentam.

Diante da filosofia de inclusão como movimento mundial, a opção foi “colocar um profissional especializado” na sala de aula junto com o professor regente com o objetivo de acompanhar o/a estudante com necessidades educacionais específicas. Esse tipo de profissional já recebeu diversas nomenclaturas, como: professor de

apoio, facilitador, mediador, instrutor, assistente educacional, etc. Independente do termo utilizado para se referir a ele/a, entende-se que sua presença segue valioso âmbito escolar, influenciando não apenas cada estudante que acompanha, mas toda a comunidade escolar (MOUSINHO *et al.*,2010).

No processo de aprendizagem, a função do mediador é favorecer a interpretação do estímulo ambiental, chamando a atenção para os seus aspectos cruciais, atribuindo significado à informação recebida. O professor de apoio favorece o contato e a inserção da criança nos espaços, não permitindo que este processo siga automaticamente. Ele encoraja a criança e auxilia na aprendizagem e desenvolvimento de todas as dimensões (MOUSINHO *et al.*,2010).

É importante observar que existem vários aspectos que fazem a diferença no desenvolvimento de um estudante com TEA, e um dos pontos principais é a necessidade dos professores de apoio e sua importância na inclusão. Ou seja, o TEA faz parte do público-alvo de políticas da Educação Especial, e, portanto, tem garantia de acesso às escolas regulares de ensino comum, bem como de Atendimento Educacional Especializado (TÁVORA, 2022).

Harder *et al.* (2020) ressalta, com base na Lei nº 12.764 de 2012 (institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA), a garantia do acesso ao ensino comum para o estudante que possui TEA, e também diz que “em casos de comprovada necessidade, a pessoa com TEA incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado” (BRASIL, 2012). Esse acompanhante tem um papel fundamental na mediação de conhecimentos desse estudante, ajudando assim no desenvolvimento integral desse indivíduo.

Os estudantes com TEA apresentam maneiras diferenciadas em relação a aprendizagem, O professor precisa levar isso em consideração em seu trabalho, apresentando metodologias diversificadas, pois os estudantes não aprendem da mesma maneira, eles precisam de suporte e estratégias específicas. É preciso conhecer o perfil de cada indivíduo, pois o que é proveitoso com um nem sempre o é com outro, os interesses podem ser diversos, bem como o próprio quadro sintomático (CARVALHO, 2005).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa foi realizada em uma Escola Estadual, em um município da Zona da Mata Mineira, com uma população estimada de 23.663 mil habitantes. Atualmente, o município tem como fonte econômica a agropecuária (IBGE, 2021).

O trabalho foi realizado a partir de entrevistas semi-estruturadas e o público-alvo da pesquisa foi constituído por 3 professoras que trabalham como professoras de apoio na rede Estadual de Educação. Os critérios de inclusão estabelecidos para determinação das participantes da pesquisa foram: atuar como professora mediadora na educação com crianças com TEA e concordarem participar da pesquisa por meio da assinatura do termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Dentre os critérios de exclusão estabelecidos para a determinação das participantes estão: não trabalhar na educação inclusiva; não concordar em participar do estudo; não aceitar assinar o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Para a concretização da pesquisa foi realizada uma reunião com a Diretora da escola e Coordenadora Pedagógica solicitando a autorização da pesquisa. Foram apresentados à gestão, os objetivos, a justificativa e a relevância da pesquisa. Com a autorização e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para as entrevistas com as professoras mediadoras, foi possível prosseguir para a coleta dos dados.

As entrevistas ocorreram no ambiente de trabalho das entrevistadas e, com autorização, as entrevistas foram gravadas. Cada entrevista durou, aproximadamente 20 a 30 minutos. As participantes foram informadas sobre o estudo, seus objetivos e por meio do TCLE ficaram cientes de todas as condições de participação e de possível desistência de participação no estudo, em qualquer

momento da pesquisa. Participaram do estudo 3 professoras de apoio entre 28 e 40 anos de idade que atuam na escola com crianças entre 7 e 12 anos com Transtorno do Espectro Autista e, no decorrer do estudo, serão identificadas pelas iniciais: P1, P2 e P3.

A pesquisa foi dividida em duas etapas: a primeira foi um levantamento bibliográfico de dados do atendimento educacional especializado e TEA em bases de dados científicos; na segunda parte foi montado um roteiro de entrevista semi-estruturada com 6 questões diretamente relacionadas ao objetivo de estudo, para melhor compreensão das experiências vivenciadas por professoras mediadoras que acompanham estudantes com TEA.

As entrevistas coletadas por gravação foram transcritas na íntegra, mantendo a linguagem coloquial a fim de manter as expressões das entrevistadas. Segundo Flick (2009), o objetivo da pesquisa qualitativa é reduzir a complexidade, ampliando as variáveis e introduzindo um contexto com descrições e dados nas transcrições, para que aconteça uma classificação dos dados no momento de leitura, podendo identificar o que o texto apresenta de relevante.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Categorias emergentes e discussão dos dados

A partir da leitura atenta e pormenorizada da transcrição das entrevistas, foram estabelecidas 3 categorias de discussão, a saber: Especialização e capacitação, Inclusão e Atendimento Educacional Especializado.

As perguntas realizadas neste estudo foram retiradas de outro estudo já publicado (V CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2018). São elas: “1-Você já tinha conhecimento de aluno com Transtorno do Espectro Autista no ambiente escolar?”; “2- Qual sua metodologia utilizada para inclusão deste aluno em sala de aula?”; “3- Você possui alguma formação da área para o atendimento com alunos autistas?”; “4- Qual a relação dos colegas de classe com este aluno autista?”; “5- Qual o processo de ensino aprendizagem do aluno autista na escola?” e “6- Qual a participação dos pais para o processo de aprendizagem escolar do seu filho autista?”

Especialização e capacitação

Acerca das perguntas realizadas para a entrevista sobre o processo de formação e capacitação para o trabalho educacional com TEA, as professoras foram unânimes em dizer que possuem anos de experiência com esse público e que são habilitadas para atender a demanda que cresce a cada dia no ambiente escolar.

Segundo Boaventura Júnior (2019), crianças com TEA ou outros transtornos do neurodesenvolvimento precisam de um docente especializado em Educação Especial ou habilitado para exercer a função, cujo papel centra-se em colaborar, educacionalmente, com o aluno que precise de apoios intensos e contínuos. Esse suporte no contexto de ensino regular ajuda o professor regente e a equipe técnico-pedagógica da escola para garantir o processo de aprendizagem das crianças com TEA.

Percebe-se, a partir das falas das professoras, que a especialização em educação especial para atender crianças com atraso no neurodesenvolvimento foi um fator relevante. Os professores mediadores que possuem essa formação e experiência conseguem introduzir uma didática de inclusão para o aluno em sala. Sobre sua especialização em educação especial, as entrevistadas responderam:

“Sim, eu fiz a pedagogia e fiz a segunda licenciatura em educação especial” (P1)

“Sim, eu sou habilitada em licenciatura plena em educação especial e tenho pós em neuropsicopedagogia” (P2)

“Sim, fiz licenciatura em educação especial”(P3)

O Plano Nacional de Educação, ao analisar a situação da educação especial no Brasil, propôs uma série de diretrizes e ações progressivas para a melhoria do atendimento educacional para as pessoas com necessidades educacionais especiais. Segundo o PNE, essa política deveria abranger o âmbito social, reconhecendo todas as pessoas como cidadãos e o âmbito educacional, tanto nos aspectos administrativos, como na qualificação de professores e demais profissionais envolvidos, garantindo vagas no ensino regular para os diversos tipos de condições (GREGUOL *et al.*, 2013).

A formação docente ganhou nova perspectiva em 2009, com a aprovação do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), proposto para atender à exigência legal da formação mínima necessária para todos

os professores. Tal plano, que articula as instituições públicas de ensino superior e as secretarias estaduais e municipais de educação, busca concretizar as ações do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (PDE), objetivando que todos os docentes atuantes na educação básica tenham acesso a um curso de nível superior (BRASIL, 2009).

A relação entre o Plano Nacional de Educação (PNE) e a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar tem sido um tema de grande importância e atenção no Brasil. O PNE, ao analisar a situação da educação especial no país, propôs diretrizes e ações progressivas visando a melhoria do atendimento educacional para pessoas com necessidades educacionais especiais, incluindo aquelas com TEA. Daí a necessidade de buscar sempre a capacitação e formação contínua desses docentes (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, a formação docente desempenha um papel crucial. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu diretrizes e ações progressivas para melhorar o atendimento educacional das pessoas com necessidades especiais no Brasil. Uma das propostas do PNE é garantir a inclusão desses alunos no ensino regular, reconhecendo a importância de uma educação inclusiva, que valoriza a diversidade e promove a igualdade de oportunidades para todos (BRASIL, 2009).

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), aprovado em 2009, trouxe uma nova perspectiva para a formação dos professores. Esse plano busca atender à exigência legal de formação mínima necessária para todos os docentes e articula as instituições públicas de ensino superior com as secretarias estaduais e municipais de educação.

No contexto da entrevista, as profissionais falam da importância de sua formação em pedagogia e educação especial para atender adequadamente os alunos autistas. Segundo uma das entrevistadas, essa formação específica permite que os professores compreendam as características do TEA, suas demandas e particularidades, assim como desenvolvam estratégias pedagógicas adequadas para promover a aprendizagem e o desenvolvimento desses alunos.

Inclusão

De acordo com o PNE, a política de inclusão deve abranger tanto o âmbito

social, reconhecendo todas as pessoas como cidadãos, quanto o âmbito educacional, contemplando aspectos administrativos, como a adaptação dos espaços e equipamentos, e a qualificação de professores e demais profissionais envolvidos. Além disso, é fundamental garantir vagas no ensino regular para os diferentes tipos de condições dos alunos com TEA (BRASIL, 2009).

A escola, na visão das professoras de apoio entrevistadas, tem o papel fundamental de incluir os alunos atípicos ou que apresentam dificuldades de aprendizagem ou qualquer transtorno do neurodesenvolvimento que interfira ou dificulte a realização das atividades escolares. A inclusão também visa o trabalho na socialização dessas crianças dentro do ambiente escolar. Sobre a relação dos colegas de classe com os alunos com TEA:

“A relação é boa, os meninos sempre se mostram carinhosos, compreensíveis e então a relação com os dois amigos, que eu tenho dois alunos, trabalho com dois alunos, os meus dois amigos são muito bom” (P1)

“Eles são muito bem acolhidos por todos da sala, da escola, eu acredito que está cada vez mais acessível para todos o que é autismo e eles estão sendo bem acolhidos por todos” (P2)

“Muito boa”(P3)

Ao se articular coma escola comum, na perspectiva da inclusão, a Educação Especial muda seu rumo, refazendo caminhos que foram abertos tempos atrás, quando se propunha a substituir a escola comum para alguns alunos que não correspondiam às exigências do ensino regular. A inclusão rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas, contestando os sistemas educacionais em seus fundamentos. Ela questiona a fixação de modelos ideais, a normalização de perfis específicos de alunos e a seleção dos eleitos para frequentar as escolas, produzindo, com isso, identidades singulares e inserção das diferenças na escola (GREGUOL *et al.*, 2013). Os dados levantados demonstram que as crianças têm essa ideia e conseguem interagir bem com os alunos, conforme a fala acima das professoras entrevistadas.

A metodologia utilizada para a inclusão de alunos autistas em sala de aula é descrita como variada e adaptável. A entrevistada destaca a necessidade de buscar constantemente novas metodologias, considerando as habilidades e os interesses do aluno com TEA, que tende a perder o interesse facilmente. Essa abordagem

demonstra a importância de personalizar o ensino, adaptando-o às necessidades individuais de cada aluno, visando alcançar os objetivos educacionais propostos.

A relação dos colegas de classe com os alunos autistas é apontada como positiva na entrevista, com os colegas demonstrando carinho e compreensão. Essa interação social é fundamental para promover a inclusão e o convívio saudável entre todos os alunos, independentemente de suas condições.

No contexto da inclusão de alunos autistas, a entrevista revela a importância do conhecimento e da formação dos profissionais da educação. A entrevistada relata que, inicialmente, não tinha conhecimento sobre alunos com TEA, mas passou a adquirir essa compreensão ao trabalhar em outra área da educação. Posteriormente, ao fazer a formação em pedagogia e educação especial, obteve as ferramentas necessárias para atender esses alunos de forma mais adequada.

Atendimento educacional especializado

A adaptação da didática na escola para ajudar as crianças com dificuldade de aprendizagem é importante. A organização do Atendimento Educacional Especializado considera as peculiaridades de cada aluno. Alunos com a mesma deficiência podem necessitar de atendimentos diferenciados. Em conversa com as professoras foi possível perceber que:

“As metodologias são variadas né, cada dia é um desafio cada dia você tem que usar uma metodologia diferente dentro da habilidade, dentro daquela habilidade, porque eu Ali aluno autista ele... como que eu posso falar?!...não é que ele se cansa, mas ele perde o interesse muito fácil, então assim, tem que sempre estar buscando metodologias novas sempre levando metodologia porque senão você não vai conseguir um objetivo com ele” (P1)

”Igual eu falei anteriormente, são os jogos que faz adaptação, jogos matemáticos e na área que ele tem mais necessidade” (P2)

“processo é gradual, ele vai se desenvolvendo a medida que, da necessidade dele, do que ta sendo trabalhado, do que ele precisa naquele momento de vencer algumas etapas desenvolver o social cognitivo ou afetivo também” (P3)

Os professores comuns e os da Educação Especial precisam se envolver para que seus objetivos específicos de ensino sejam alcançados, compartilhando trabalho interdisciplinar e colaborativo. As frentes de trabalho de cada professor são distintas. Ao professor da sala de aula comum é atribuído o ensino das áreas do

conhecimento, e ao professor/mediador cabe complementar/suplementar a formação do aluno com conhecimentos e recursos específicos que eliminam as barreiras as quais impedem ou limitam sua participação com autonomia e independência nas turmas comuns do ensino regular (ROPOLI *et al.*, 2010).

No que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos autistas, a entrevista destaca a necessidade de atividades diversificadas, adaptadas individualmente para cada aluno. O planejamento das atividades é diferenciado, levando em consideração o nível de desenvolvimento e as necessidades específicas de cada aluno autista. A colaboração com a professora regente é mencionada como parte desse processo, buscando alinhar as atividades adaptadas.

A educação especial desempenha um papel fundamental na inclusão e no atendimento adequado de alunos com necessidades educacionais especiais, como aqueles que possuem Transtorno do Espectro Autista (TEA). A partir da entrevista realizada, podemos observar alguns aspectos importantes relacionados à educação especial e ao trabalho com alunos autistas.

Uma das entrevistadas ressalta a importância de utilizar diferentes abordagens pedagógicas, levando em consideração as habilidades individuais de cada aluno e sua capacidade de concentração e interesse. Essa flexibilidade metodológica é essencial para criar um ambiente de aprendizagem inclusivo, que atenda às necessidades específicas de cada aluno autista.

Além disso, a entrevistada enfatiza a importância da colaboração entre a escola e a família na educação do aluno autista. Através do contato regular com os pais, os professores têm acesso a informações valiosas sobre as preferências, dificuldades e necessidades do aluno. Essa parceria permite um planejamento mais eficaz e individualizado, garantindo que as atividades sejam adaptadas de acordo com o contexto escolar e as necessidades do aluno.

As entrevistas evidenciam a importância da educação especial no contexto da inclusão de alunos autistas, a formação adequada dos professores, a utilização de metodologias flexíveis, o envolvimento da família e a promoção de uma relação positiva entre os colegas como aspectos-chave para garantir a qualidade do atendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo por meio de entrevistas e evidências encontradas na literatura mostrou a importância de uma educação regular que ofereça condições de um ensino especializado de qualidade, para atender crianças com dificuldades de aprendizagem e/ou transtornos do neurodesenvolvimento nas escolas. Mostrou, ainda, a importância da formação para que cada professor consiga se sentir mais preparado para atender as demandas dos estudantes, visando uma melhoria no processo ensino-aprendizagem. Dados desse estudo mostram como a inclusão desses alunos acontece de forma processual entre os colegas da mesma classe, ensinando a ambos a importância da socialização e de entender as diferenças e dificuldades de cada pessoa.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA JÚNIOR, M. **“Sobrou o apoio!”**: desencontro na construção da profissionalidade docente das professoras de apoio. Tese (Doutorado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – PARFOR**. Brasília: Imprensa Oficial, 2009.

BRASIL, Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm#:~:text=Em%20casos%20de%20comprovada%20necessidade,ter%C3%A1%20direito%20a%20acompanhante%20especializado>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. **Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística**. Censo Brasileiro de 2021. Minas Gerais: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/raul-soares.html>>. Acesso em: 23 jun. 2023.

CAMARGO, S P; BOSA, C A. Competência social, inclusão escolar e autismo: Um estudo de caso comparativo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.28,n.3,p.315-324, 2012.

CARVALHO, R. E. Educação Inclusiva: com os pingos nos is. In: JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios são início do século XXI. Porto Alegre: Mediação, 2005.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como

contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

DUARTE, ROSÁLIA. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, março/ 2002. p. 139- 154. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000100005> >. Acesso em: 13 mar. 2023.

FLICK, Uwe. **Pesquisa Qualitativa: por que e como fazê-la**. 3º Edição. Porto Alegre; Artmed, 2009.

GENTIL, Késia Priscila Gomes; NAMIUTI, Aline Pavan Sarilho. Autismo na Educação Infantil. **Revista Uniara**, Araraquara, v.18, n. 2, dez., 2015.

GREGUOL, Márcia *et al.* Formação de Professores para a Educação Especial: uma Discussão Sobre os Modelos Brasileiro e Italiano. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.19, n. 3, p. 307-324, Jul.-Set., 2013.

HARDER, Bianca, GRACHEKI, Bianca Renata *et al.* A mediação de Vygotsky exercida pelo professor de apoio de estudantes autistas. **Rev. Cógnito**, Curitiba, v.2, n.2, p. 263-279, Nov/2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOUSINHO, Renata; SCHMID, Evelin *et al.* Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Rev. Psicopedagogia**, v. 2, n. 10, 2010.

PIMENTEL, Ana Gabriela Lopes, FERNANDES, Fernanda Dreux Miranda. A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo. **Audiol. Commun Res.** v.19, n.02, p. 171-178, 2014.

PINTO, Rayssa Naftaly Muniz *et al.* Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. **Rev Gaúcha Enferm.** v. 37, n.3, p. 1-9, set. 2016.

ROPOLI, Edilene Aparecida *et al.* **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**. A escola Comum Inclusiva. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2010.

TÁVORA, Jucilene Paula de Souza. **Mediação escolar e educação especial: Estudo sobre o ensino fundamental público de Santo Antônio de Pádua/RJ**. 2022.45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Pedagogia) - Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, Universidade Federal Fluminense, Santo Antônio de Pádua, 2022.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

V CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 17 a 20 de out. 2018, Recife, PE. Experiências educadoras: sujeitos, formações e práticas. **Os desafios do professor diante do aluno autista no processo da aprendizagem escolar.** Recife, PE. Anais V Congresso Nacional de Educação, 2018.